

Assunto: Proposta de criação da 5ª Vara de Execuções Penais no Recife	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter: jc nas ruas
Página: 4	Data: 11/10/2014

jornal do  commercio

5º Vara vem aí

Circula pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) a proposta da criação da 5ª Vara de Execuções Penais, sediada no Recife. Atualmente, o sufoco é grande para os juizes, principalmente nas duas varas que atendem à Capital e Região Metropolitana.

Assunto: Simulação de Juri sobre maioria penal no Fórum Rodolfo Aureliano	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter:
Página: 3	Data: 11/10/2014

jornal do  commercio

OAF simula júri sobre maioria

Adolescentes do Programa de Aprendizagem da Organização de Auxílio Fraternal do Recife (OAF) realizaram um júri simulado sobre a redução da maioria penal no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife, anteontem. O projeto beneficia cerca de 142 adolescentes, com idade entre 15 e 18 anos, que trabalham como menores aprendizes em empresas conveniadas com a OAF. Entre as atividades realizadas, está o oferecimento de aulas de português, empreendedorismo e matemática.

No mês passado, os jovens participaram de rodas de diálogo sobre o tema “Independência na casa, na rua e na vida, uma perspectiva da conquista da cidadania” e, depois, decidiram fechar o ciclo com a simulação do júri. A vice-diretora

da OAF, Marucia Coelho, explica que as palestras e debates foram realizadas para entender o que os adolescentes pensavam sobre o tema. “Os estudantes falaram o que consideravam ilegal ou legal. Procuramos mostrar que as decisões e atos deles são importantes. Ao fim do período, os menores aprendizes escolheram o tema da maioria penal por causa da relação com o assunto trabalhado”, afirma.

Para julgar a questão da redução da maioria de 18 para 16 anos, os jovens escolheram entre eles um juiz, um defensor da mudança, um promotor e sete membros do júri. Após a exposição de argumentos, eles concluíram que os menores de 16 anos já podiam responder criminalmente pelos próprios atos. Foram cinco votos a favor da mudança e dois contra.

Assunto: Inquérito investiga gestão do PSB	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção/Repórter:
Página: 6	Data: 11/10/2014

jornal do  commercio

Inquérito investiga gestão do PSB

POLÍCIA Inquérito da PF de 2007, que apurou supostas irregularidades no governo do Estado, foi enviado ao MPPE e ao MPF

Jamildo Melo

Do Blog de Jamildo

Um inquérito aberto em 2007 pela Polícia Federal em Pernambuco – de número 433 e que inicialmente tinha por objeto apurar supostas irregularidades com jogo do bicho – acabou flagrando um possível esquema de tráfico de influência e corrupção na gestão Eduardo Campos, com participação de um deputado e um vereador do PSDB, além de funcionários de segundo escalão do Estado. Após as investigações, pelos menos dois processos foram abertos: um na Justiça Federal e outro na Justiça Estadual desde 2013.

De acordo com a PF, o elo entre as duas instâncias e os dois casos foi o empresário Severino Jordão Emericiano Júnior, que gerou duas outras operações denominadas Farda Nova

de sua assessoria, que o juiz recebeu a denúncia, mas não há uma decisão ainda. O Judiciário local explicou que não começou a fase de audiências e que a defesa pediu absolvição sumária. O juiz analisa. A audiência está marcada para 18 de novembro.

Os outros “processos-filhos” da investigação inicial da PF, envolvendo auxiliares graduados do governador Eduardo Campos e pelo menos um deputado que migrou do PSDB para o PSB, não chegaram ainda à Justiça. Uma fonte do MPPE informou que pode ter algo mais sendo investigado, antes de uma eventual ação penal. O Blog tentou contato com o procurador-geral do MPPE, Agnaldo Fenelon, mas não obteve sucesso. À frente deste caso está a promotora de Justiça Liliane Mendes Ramos, que retorna de licença na segunda-feira.

é Zelador. A PF confirma a existência dos inquéritos, mas não dá detalhes das operações. Jordão Emericiano era sócio-gerente de uma casa de câmbio e, em 2008, chegou a ser candidato a vereador no Recife pelo PSDB, mesmo partido do deputado investigado e um vereador de Jaboatão dos Guararapes.

Em nota, o Ministério Público Federal informou que os crimes federais já estão sendo apreciados pela Justiça Federal. No que toca aos desdobramentos estaduais, a Justiça Federal informou que o caso chegou a ser levado ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife, por conta da suposta participação do deputado tucano.

O processo tem como objeto corrupção ativa e formação de quadrilha, tendo recebido o número 0001940-30.2012. Há uma dezena de acusados, cujos nomes podem ser visualizados pelo site do TJPE. O destaque é o nome do ex-vereador de Jaboatão pelo PSDB Geraldo Cisneiros.

A ação penal apresentada pelo MPPE envolve ainda o nome da ex-deputada estadual Elina

Carneiro, filha do ex-prefeito Newton Carneiro. Elina foi secretária municipal de Jaboatão na gestão do pai.

O TJPE informou, por meio

Derivado do mesmo IPL, o processo foi instruído pelo do TRF5

Também a partir do inquérito 433/2007, no plano federal, Jordão Emericiano Júnior foi acionado em outubro de 2013 ainda, sob a acusação de lavagem de dinheiro e falsificação de documentos.

Na condição de sócio, Jordão Emericiano estaria gerindo fraudulentamente instituição financeira, a corretora de câmbio Didier e Levy em Pernambuco. Além de operar câmbio clandestino, ele é acusado de corrupção ativa.

Derivado do mesmo IPL 433/2007, o processo foi instruído por determinação do desembargador do TRF5 Rogério Fialho Moreira. O caso é julgado pelo juiz federal César Arthur Cavalcanti de Carvalho, da 13ª Vara Federal.

As informações sobre essas denúncias vieram a público no blog da procuradora Noélia Brito, que já colaborou com o Blog de Jamildo.

Assunto: Presidente do TJPE e ministro Francisco Falcão	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção/Repórter: João Alberto
Página: E2	Data: 11/10/2014

DIARIO de **PERNAMBUCO**

ASSESSORIA DO STJ/DIVULGAÇÃO



O ministro Francisco Falcão e o desembargador Frederico Neves, presidente do TJPE, durante encontro em Brasília

Assunto: Crítica aos passeios ciclísticos do TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Voz do Leitor	Seção/Repórter:
Página: 6	Data: 13/10/2014

jornal do  commercio

Corporativismo

Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco são uns felizardos. Nos seus passeios ciclísticos de lazer, à noite, dispõem de segurança de PMs pagos pelo dinheiro do contribuinte, que deveriam estar a serviço de toda a população. Esse pessoal, com seu corporativismo anômalo, parece sentir-se acima dos demais cidadãos que ganham uma miséria. Essas prerrogativas nada republicanas deveriam contar com o repúdio de toda a sociedade em forma de protestos, com passeatas ciclísticas a partir da Jaqueira exigindo o mesmo direito para todos. Vamos lá.

✉ **Raul de Araújo Lira**
raulira@bol.com.br

Assunto: Casamento realizado pelo juiz Clícério	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção/Repórter: Persona
Página: 2	Data: 13/10/2014



SIM ARTÍSTICO

O cantor André Rio e a advogada Luciana Félix (num Melk Z-Da) oficializaram a união em cerimônia íntima, sábado, no Restaurante Amadeu, em casamento civil oficializado pelo juiz Clícério Bezerra. Para homenagear a noiva, André apresentou composição inédita escrita para a amada, interpretada pela madrinha Nena Queiroga. Carla Rio, irmã do noivo, subiu no palco e atuou como mestre de cerimônia com os artistas revezando-se no palco, entre eles, Maestro Forrró e Almir Rouche. O advogado Antonio Campos estava lá foi com Danielle Rio. Será um revival do namoro?

Assunto: Citação de Processo em Tramitação na Justiça estadual	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 13/10/2014
Editoria:	Seção:



operação zelador

PF monitorou núcleo duro do governo Eduardo, suspeitando de esquema a partir da Ceasa

Não se sabe se houve uma relação direta ou se foi apenas coincidência. Na reta final da campanha, Armando Monteiro Neto (PTB) esteve na Ceas a para reclamar de sujeira no local.

Na operação Zelador, da Polícia Federal, os grampos da instituição põem em evidência, mais uma vez, e sob suspeita, o papel do presidente da Ceasa, Romero Pontual, apontado no meio político como um dos operadores das campanhas socialistas. Nos relatórios, Romero Pontual é apresentado como uma ponte com os políticos e empresários. “Mantém contatos com políticos como Inocêncio Oliveira e a deputada Ana Arraes, empresários, deputados, vereadores, secretários de Estado e muitos políticos do interior que telefonam a todo momento pedindo orientações e favores. Impressiona a boa vontade de Romero Pontual em atendê-los”, descreve a PF.



Neste trabalho de escuta, acabou sendo monitorado todo o núcleo duro do governo Eduardo, em boa parte do primeiro ano de gestão e depois, a exemplo do então

secretário de Administração, Paulo Câmara, o então procurador Geral do Estado, Tadeu Alencar e o então secretário executivo de Educação, Nilton Mota. Paulo é o governador eleito do Estado. Tadeu Alencar elegeu-se deputado federal e Nilton Mota elegeu deputados estadual. “O principal contato de Romero era Nilton Mota, chefe de gabinete de Danilo Cabral”, observam.

Nesta parte dos documentos, a PF não aponta crime especificamente. “Na realidade, não se pode afirmar, a princípio, a existência de ilegalidade no processo. O fato de a Cesa ser uma organização social possibilita, em primeira análise, a dispensa de licitação neste caso. O contexto serve para demonstrar a força de Romero Pontual junto aos órgãos públicos. É o assunto que mais tem ocupado este alvo ultimamente”. A Cesa, no caso, finalizava negociação para um contrato milionário com a Secretaria de Administração.

O contrato rendeu o valor global de R\$ 4,3 milhões em um ano a Cesa. O objeto era a contratação da OS Cesa para execução dos serviços de armazenamento e garantia de material da Secretaria de Educação, no valor unitário de R\$ 42,30 por metro quadrado armazenado. “O contrato é por metro cúbico. Se eu deixar lá 5, eu ganho normal. Se eu deixar lá 20 metros cúbicos, eu ganho muito dinheiro. É bom para o governo”, explica, nos grampos. A PF dá pistas de suspeitar que a intenção era, via OS, possivelmente ajudar políticos, mas não reuniu provas, pelo menos nesta fase.

Influência na PGE

De acordo com a PF, em setembro daquele ano pode-se constatar a influência de Romero Pontual sobre a PGE e como consegue com Tadeu Alencar direcionar o processo para que uma procuradora (Taciana Xavier) opine favoravelmente a favor da dispensa de licitação. “O nosso amigo Danilo (Secretário de Educação) tá muito complicado”, argumenta.

Para a obtenção do contrato, Romero Pontual, além de Tadeu Alencar, recorreu ao engenheiro Aluísio Maluf. “Aluísio Maluf é muito amigo de Romero Pontual e importante, é marido de Taciana. talvez por isto tenha feito a intermediação”, desconfia a PF, de acordo com os relatórios parciais da investigação. “A proposta apresentada é menor do que atualmente praticada pela TCI. Ao escolher (a Cesa) a Secretaria de Educação estaria apoiando mais uma organização social com a mais estreita ligação ao desenvolvimento de Pernambuco. A Cesa, ao longo da história”, anota a PF. Romero Pontual depois comemorou. “tanto a merenda (Norlog) quanto suprimento (TCI) a menina (Taciana) deu parecer amplamente favorável”, comentou, com uma pessoa identificada como Getúlio. “Quem tem Romero Pontual na frente, ne?”, diz o interlocutor.

Administração, com Paulo Câmara

Depois da PGE, Romero Pontual vai influenciar na etapa da Secretaria de Administração, onde o processo estava tramitando. Romero Pontual tratava diretamente com Paulo Câmara. “Pede para ele (Zé Neto) fazer o que tem que fazer e mandar de volta para a Educação”, pede em um telefonema a Paulo Câmara. Nestas eleições, em uma fase em que a campanha de Paulo Câmara parecia não engrenar, Zé Neto saiu da PCR e virou coordenador da campanha do socialista.

Nas tratativas com Paulo Câmara, Romero Pontual explica o processo detalhadamente, no dia 10 de outubro de 2007, além de reclamar de um aditivo exigido por um funcionário da Secretaria de Administração de nome Breno Coelho. “Esse Breno é um

filho da puta”, ao comentar as tratativas, em que recorreu também a Zé Neto, na Administração.

“Eu entrei para ajudar Danilo (Cabral)”, comentava. “Eu assumi sem contrato, na raça, pelo governo. Tô com contrato feito, pagando dois armazéns de 22 mil metros cúbicos, pagando funcionário, etc. Se for para demorar, eu vou entregar a Danilo Cabral. Breno sentou encima. Tá foda”, disse, de acordo com a transcrição dos grampos.

O parecer saiu rápido. No dia 12 de outubro, Paulo de Tarso, da área técnica da Ceasa, avisa o chefe que saiu no DO, com a Administração reconhecendo e ratificando a dispensa para contratar a Ceasa. Paulo de Tarso conta, nos grampos, que meteram uma pilha no rabo de Breno. Em conversa anterior com uma pessoa identificada como Rodrigo, da TCI, Tecnologia de Conhecimento e Informação (responsável por suprimentos), Romero Pontual havia prometido resolver tudo até 10 de outubro. “Paulinho já deu a ordem que quer o negócio pronto para publicar quarta-feira”. A assinatura do contrato com a Educação saiu no final daquele mesmo mês.

Romero Pontual, nos grampos, comenta as dificuldades passageiras com o empresário Paulo Avalone, diretor da Nutrir Alimentos, mais conhecida como Natural da Vaca. “Romero pode ter pedido que intervisse junto a Paulo Câmara em troca de eventuais favores relativos a leite”, suspeitou a PF.

Grampos em 2008 também

A PF seguiu na cola. No dia 30 de outubro de 2007, o Diário de Pernambuco publica uma reportagem informando que a merenda escolar iria mudar na rede pública, no próximo ano. No dia 11 de novembro, Romero Pontual pede a Nilton Mota que dê uma olhada, levantando novas suspeitas. “Atentar para possível fraude na licitação relativa a merenda escolar, envolvendo a Ceasa e a Seduc”, diz o relatório. Em uma conversa telefônica com Nilton Mota, no dia 05 de outubro, ao meio dia, Romero Pontual fala em tomar o contrato de merenda da empresa Norlog, em 2008, já que em dezembro daquele ano não dava mais. Desde o dia 11 de outubro, o delegado Bernardo Gonçalves de Torres pediu a Justiça a prorrogação e ampliação dos alvos.



Entenda a polêmica

Um inquérito aberto em 2007 pela Polícia Federal em Pernambuco – de número 433 e que inicialmente tinha por objeto apurar supostas irregularidades com jogo do bicho – acabou flagrando um possível esquema de tráfico de influência e corrupção no Governo do Estado, na gestão Eduardo Campos, com participação de políticos, além de vários funcionários de segundo escalão do Estado. Após as investigações, pelos menos dois processos foram enviados à Justiça Federal e à Justiça de Pernambuco, desde 2013.

De acordo com as investigações, o elo entre as duas instâncias e os dois casos foi o empresário Severino Jordão Emerenciano Júnior, que acabou gerando duas outras operações de investigação denominadas Farda Nova e Zelador. A PF confirma a existência dos inquéritos, mas não informa detalhes das operações. Jordão Emerenciano era sócio-gerente de uma casa de câmbio e, em 2008, chegou a ser candidato a vereador no Recife pelo PSDB, mesmo partido do deputado investigado e um vereador de Jaboatão dos Guararapes.

Em nota enviada ao Blog de Jamildo, o Ministério Público Federal informou que os crimes federais já estão sendo apreciados pela Justiça Federal. O caso corre em segredo de Justiça. No que toca aos desdobramentos estaduais, a Justiça Federal informou que o caso chegou a ser levado ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife, por conta da suposta participação do deputado tucano.

Desde março de 2013, por decisão do TRF5, o caso passou a ser tratado pela Justiça do Estado, conseqüentemente com atuação do Ministério Público de Pernambuco. O MPPE encaminhou pelo menos uma ação ao Judiciário. Deste processo inicial, repassado pelo MPF e PF, a partir do inquérito 433/2007, o MPPE ajuizou uma ação penal na 1ª Vara Criminal da Justiça de Jaboatão dos Guararapes, para apuração de possíveis crimes de corrupção na Câmara dos Vereadores e Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes.

O processo tem como objeto corrupção ativa e formação de quadrilha. Há uma dezena de acusados, cujos nomes podem ser visualizados pelo site do TJPE. O destaque é o nome do ex-vereador de Jaboatão dos Guararapes pelo PSDB Geraldo Cisneiros. O TJPE informou, por meio de sua assessoria, que o juiz recebeu a denúncia, mas não há uma decisão ainda. O caso tem audiência marcada para 18 de novembro.

Justiça Federal

Também a partir do inquérito 433/2007, no plano federal, Jordão Emerenciano Júnior foi acionado em outubro de 2013 ainda, sob a acusação de lavagem de dinheiro e falsificação de documentos. Na condição de sócio, Jordão Emerenciano estaria gerindo fraudulentamente instituição financeira, a corretora de câmbio Didier e Levy em Pernambuco. Além de operar câmbio clandestino, o empresário é acusado de corrupção ativa.

Jordão Emerenciano contou com a ajuda do então gerente-geral da agência da Caixa Econômica Federal em Jaboatão dos Guararapes, Otto Schmidt Neto. O funcionário público teria colaborado, em outubro de 2006, para a abertura de movimentação de contas sob nomes falsos ou de pessoas inexistentes, em agência sob responsabilidade. Com o artifício, Jordão Emerenciano poderia ir além do limite oficial que lhe era estabelecido para a troca de moeda estrangeira. Derivado do mesmo IPL 433/2007, o processo foi instruído por determinação do desembargador do TRF5 Rogério Fialho Moreira. O caso é julgado pelo juiz federal César Arthur Cavalcanti de Carvalho, da 13ª Vara Federal.



Ao lado da Frente Popular, Aécio faz carreatá em Sirinhaém. Foto: BlogImagem

Blog de Noélia - Informações sobre essas denúncias vieram a público no blog de Noélia Brito – que já colaborou com o Blog de Jamildo e é militante do PT – a partir de fragmentos dos trechos dos grampos da PF, logo depois do primeiro turno das eleições presidenciais, quando o PSB de Eduardo Campos derrotou a aliança PTB/PT no Estado de Pernambuco. No plano nacional, com a derrota de Marina, o PSB anunciou aliança com o PSDB de Aécio Neves.

Assunto: Citação de Processo em Tramitação na Justiça estadual	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 12/10/2014
Editoria:	Seção:



máquina pública

Grampos da PF: Esquema de Jaboatão infiltrou-se no Estado para fraudar licitações na Educação de Eduardo Campos



Os grampos da Polícia Federal, autorizados pela Justiça Federal, em 2007, primeiro ano da gestão Eduardo Campos, depois de flagrarem a atuação de uma quadrilha fraudando licitações em Jaboatão dos Guararapes, acabaram por descobrir os primeiros indícios de que o esquema de fraudes tenha sido levado para a esfera estadual, embora não se tem notícia de ação penal neste sentido, como ocorreu em Jaboatão.

Mais uma vez, o elo entre as duas partes, a municipal e a estadual, foi o doleiro Jordão Emerenciano, que já era conhecido pela Polícia Federal por suas ligações com o bicheiro Carlos Alberto Ferreira, dono da Monte Carlo's, preso no começo daquele mesmo ano, na operação Zebra. O doleiro já era acusado pela PF como um dos sócios do esquema que fraudava licitações em Jaboatão, com a participação e colaboração do vereador Geraldo Cisneiros, do PSDB, e sua irmã, Cristina Cisneiros, acusada pela PF de ser lobista de empresas fornecedoras.

Em um relatório de julho de 2007, a PF fala da participação de Jordão, agora, em uma quadrilha voltada para direcionar licitação pública realizada por órgãos do governo do Estado de Pernambuco, mediante o pagamento de propinas a articuladores de fraudes, de acordo com as palavras do delegado federal Bernardo Gonçalves de Torres. As conversas estão transcritas nos áudios da operação Farda Nova.

“As pessoas estão atuando ferozmente no intuito de fraudar a licitação (na secretaria de Educação”, diz o delegado, em um despacho à Justiça. “Precisamos desarticular a quadrilha”. Naquele mesmo mês, o presidente da Câmara de Jaboatão e o doleiro comemoravam. “Desse jeito pronto, rápido e feito pode trazer todo dia. Não tem limite mais”, falava Jordão Emerenciano para Geraldo Cisneiros.

[PF apurou suposto esquema de corrupção no governo Eduardo Campos](#)
[Suposta quadrilha tentou emplacar Jordão Emerenciano como vereador do Recife para fazer negócios com Prefeitura, diz PF](#)
[Grampos da PF apontam como funcionava suposto esquema de corrupção em Jaboatão](#)
[Grampos da PF: Em Jaboatão, chantagem política na Câmara Municipal impulsionava ação de quadrilha com licitações públicas](#)

O fato novo naquela altura era a cooptação, por Jordão Emerenciano, do presidente da Ceasa, Romero Pontual. Nos relatórios, ele era apontado como uma pessoa muito próxima ao ex-governador Eduardo Campos e que articularia a fraude no governo.

Grampeado, apesar de seus cuidados ao telefone, sempre evitando falar de assuntos profissionais, Romero Pontual foi interceptado falando ao telefone com Jordão, em uma situação em que manda seu motorista levar o edital na casa do doleiro, que pede para ser enviado ao escritório, em Boa Viagem. Jordão então liga para Geraldo Cisneiros e comenta o grau de interesse de Romero Pontual. O objetivo era mandar duas propostas de Luis Paulo Horita. Quando o edital sai, no começo de julho, Romero Pontual liga para Jordão e dá ciência do edital, no redcompras, pela Secretaria de Educação. “Avisa ao grupo”, pede, de acordo com os grampos.

No dia 15 de junho, o grupo de Geraldo Cisneiros reclama das condições do edital e até para a data. “Ia sair em novembro e sai agora e diferente do combinado... Parece dirigido para outro. Blefe total de Romero e seu grupo”. Luis Paulo Horita comenta. “Quando sai diferente do que eles querem é o indício de que eles não tem o controle da coisa”, fala o empresário, que chega a citar propina.

No dia 19 de julho, Jordão Emerenciano tem um encontro com Romero Pontual na Ceasa, para tratar de uma licitação que a rigor nada teria a ver com sua área no governo. Depois do encontro, ele diz em um telefonema a Cristina Rodrigues que as notícias são ótima e excelentes, pois Romero teria lhe dado uma formula. Jordão diz que a proposta de Luis Paulo Horita seria de R\$ 8,4 milhões e que cerca de R\$ 850 mil seria de propina, que depois teria baixado para R\$ 450 mil. “A pessoa que está intermediando tá dentro”, diz. Nestes telefonemas, o doleiro conta que sua comissão seria R\$ 115 mil, depois ficou em R\$ 100 mil. “Não tem milagre. Na hora do pagamento, Romero estará lá trabalhando por Jordão e Cristina”.

Em um telefonema para Luis Paulo Horita, em 10 de maio, Jordão diz que ele que a festa seria toda dele e que ele teria direito a bolo e orquestra. Pede que venha ao Recife conversar com o dono do buffet (referência a Romero, segundo a PF) “Bingo!”, comenta Jordão depois, com Geraldo Cisneiros.

Com a Farda Nova, era a primeira vez entre os dois grupos, aparentemente.

O primeiro sinal que a PF teve foi no dia 04 de julho de 2007, na metade do primeiro ano do governo Eduardo. ‘Identificamos o planejamento de fraudes em licitação na Secretaria de Educação, para compra de fardamentos escolar dos alunos da rede pública

do Estado. É uma verdadeira quadrilha atuando com a finalidade de fraudar a licitação. Com a participação de políticos locais e de pessoas bem relacionadas no meio político e empresarial”, diz o relatório da PF.

A partir da experiência em Jaboatão, Geraldo e Cristina patrocinariam os interesses das empresas de São Paulo, de Luis Paulo Horita, nas licitações estaduais. O nome da operação parece ter sido inspirado em um telefonema de abril de 2007, com apenas quatro meses de gestão estadual, em que Jordão aborda Geraldo Cisneiros, sobre uma licitação de vestuário. “Já chegou e não tem dono. É uma moleza”. “O negócio ficou tão animado que veio o fodão e os pica de São Paulo”, devolve Geraldo para Jordão, na metade do ano.

A continuação da interceptação telefônica deu-se pelo menos até fevereiro de 2010, quando o delegado federal da PF Bernardo Gonçalves de Torres pede prorrogação das escutas.

Na sexta-feira, em contato telefônico com o Blog de Jamildo, a assessoria da Ceasa comentou que Romero Pontual desconhecia qualquer acusação contra ele pois nunca havia sido citado ou chamado a depor. O dirigente da estatal analisa providências legais. Não manifestou a intenção de divulgar uma nota ou convocar uma coletiva de imprensa, para comentar o vazamento do inquérito da PF.



Entenda a polêmica

Um inquérito aberto em 2007 pela Polícia Federal em Pernambuco – de número 433 e que inicialmente tinha por objeto apurar supostas irregularidades com jogo do bicho – acabou flagrando um possível esquema de tráfico de influência e corrupção no Governo do Estado, na gestão Eduardo Campos, com participação de políticos, além de vários funcionários de segundo escalão do Estado. Após as investigações, pelos menos dois processos foram enviados à Justiça Federal e à Justiça de Pernambuco, desde 2013.

De acordo com as investigações, o elo entre as duas instâncias e os dois casos foi o empresário Severino Jordão Emerenciano Júnior, que acabou gerando duas outras operações de investigação denominadas Farda Nova e Zelador.

A PF confirma a existência dos inquéritos, mas não informa detalhes das operações. Jordão Emerenciano era sócio-gerente de uma casa de câmbio e, em 2008, chegou a ser candidato a vereador no Recife pelo PSDB, mesmo partido do deputado investigado e um vereador de Jaboatão dos Guararapes.

Em nota enviada ao Blog de Jamildo, o Ministério Público Federal informou que os crimes federais já estão sendo apreciados pela Justiça Federal. O caso corre em segredo de Justiça.

No que toca aos desdobramentos estaduais, a Justiça Federal informou que o caso chegou a ser levado ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife, por conta da suposta participação do deputado tucano.

Desde março de 2013, por decisão do TRF5, o caso passou a ser tratado pela Justiça do Estado, consequentemente com atuação do Ministério Público de Pernambuco. O MPPE encaminhou pelo menos uma ação ao Judiciário.

Deste processo inicial, repassado pelo MPF e PF, a partir do inquérito 433/2007, o MPPE ajuizou uma ação penal na 1ª Vara Criminal da Justiça de Jaboatão dos Guararapes, para apuração de possíveis crimes de corrupção na Câmara dos Vereadores e Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes.

O processo tem como objeto corrupção ativa e formação de quadrilha. Há uma dezena de acusados, cujos nomes podem ser visualizados pelo site do TJPE. O destaque é o nome do ex-vereador de Jaboatão dos Guararapes pelo PSDB Geraldo Cisneiros.

O TJPE informou, por meio de sua assessoria, que o juiz recebeu a denúncia, mas não há uma decisão ainda. O caso tem audiência marcada para 18 de novembro.

Justiça Federal

Também a partir do inquérito 433/2007, no plano federal, Jordão Emerenciano Júnior foi acionado em outubro de 2013 ainda, sob a acusação de lavagem de dinheiro e falsificação de documentos.

Na condição de sócio, Jordão Emerenciano estaria gerindo fraudulentamente instituição financeira, a corretora de câmbio Didier e Levy em Pernambuco. Além de operar câmbio clandestino, o empresário é acusado de corrupção ativa.

Jordão Emerenciano contou com a ajuda do então gerente-geral da agência da Caixa Econômica Federal em Jaboatão dos Guararapes, Otto Schmidt Neto. O funcionário público teria colaborado, em outubro de 2006, para a abertura de movimentação de contas sob nomes falsos ou de pessoas inexistentes, em agência sob responsabilidade. Com o artifício, Jordão Emerenciano poderia ir além do limite oficial que lhe era estabelecido para a troca de moeda estrangeira.

Derivado do mesmo IPL 433/2007, o processo foi instruído por determinação do desembargador do TRF5 Rogério Fialho Moreira. O caso é julgado pelo juiz federal César Arthur Cavalcanti de Carvalho, da 13ª Vara Federal.

Blog de Noélia

Informações sobre essas denúncias vieram a público no blog de Noélia Brito – que já colaborou com o Blog de Jamildo e é militante do PT – a partir de fragmentos dos trechos dos grampos da PF, logo depois do primeiro turno das eleições presidenciais, quando o PSB de Eduardo Campos derrotou a aliança PTB/PT no Estado de Pernambuco. No plano nacional, com a derrota de Marina, o PSB anunciou aliança com o PSDB de Aécio Neves.

Assunto: Citação de Processo em Tramitação na Justiça estadual	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 12/10/2014
Editoria:	Seção:



máquina pública



Com a volta ao trabalho da promotora de Justiça Liliane Mendes Ramos, do MPPE de Jaboatão dos Guararapes, nesta segunda-feira, pode ser que surjam fatos novos nas suspeitas de irregularidades na gestão municipal em 2007. Os grampos da PF, escutas telefônicas autorizadas pela Justiça Federal, apontam que o vereador Geraldo Cisneiros, do PSDB, em determinada época também presidindo a Câmara Municipal de Jaboatão dos Guararapes, usou o poder político para realizar negócios com licitações públicas fraudulentas.

[PF apurou suposto esquema de corrupção no governo Eduardo Campos](#)
[Suposta quadrilha tentou emplacar Jordão Emerenciano como vereador do Recife para fazer negócios com Prefeitura, diz PF](#)
[Grampos da PF apontam como funcionava suposto esquema de corrupção em Jaboatão](#)

Conforme informou desde a sexta-feira o Blog, os grampos, inicialmente focados na gestão municipal, então comandada pelo prefeito socialista Newton Carneiro, apontam o uso de influência política para fins escusos, a partir da pressão da Câmara Municipal de Jaboatão. Carneiro não aparece nas gravações, embora a sua filha, Elina Carneiro, então secretária municipal na gestão do pai, tenha sido arrolada como acusada. Na lista de acusados enviada a Justiça de Jaboatão dos Guararapes, há vários nomes de vereadores também relacionados. Há suspeitas de que o suposto esquema fraudulento tenha sido levado para a esfera estadual, mas não se tem notícia de ação penal neste sentido.

Em uma conversa grampeada com a irmã, Cristina Cisneiros, que teria participação no esquema de fraudes, Geraldo Cisneiros diz que vai segurar o dinheiro todo da

municipalidade, só liberando recursos para comprar remédio e pagamento de pessoal, como forma de pagar faturas em atraso para supostamente fornecedores ligados ao esquema.

“Ou resolvem tudo ou não fazem nenhuma rua esse ano. Não trabalham. Ele resolva. Meu recado está dado”, diz, a certa altura. “Eles não são doidos. Como é que eles vão passar este ano (2007) e o ano da eleição (2008) sem fazer nada”.

Uma das empresas citadas nos grampos era chamada de Nota Dez, com sede em Manaus, mas tocada a partir de São Paulo, a partir de um executivo chamado Luis Paulo Horita. Nos grampos, ela diz que o irmão fez um teatro. Depois do teatro, os sócios comentam que já pagaram uma de três faturas. Em outra conversa, a irmã relata que se eles resolvessem os problemas a empresa financiaria sua campanha.

O orçamento mensal da gestão municipal na época girava em torno de R\$ 30 milhões. O volume transacionado, em função disto, parece ser alto. Um dos alvos faz uma ligação no começo de 2007 e diz que precisa de US\$ 350 mil em espécie, para quando conseguir.

A PF frisa, entretanto, ao falar da Nota Dez, que os objetos das contratações eram sempre terceirizadas, não eram sequer produzidas pela Nota Dez. As cadeiras eram feitas por um homem identificado como Demétrio.

De acordo com as suspeitas da PF, o grupo agiria em vários estados, como Ceará, Maranhão, São Paulo e Sergipe, mas teria sede no Amazonas. Em uma das falas, é dito que um dos donos seria Amazonino Mendes, ex-governador do Estado do Amazonas. Os policiais federais entraram na internet e encontraram referências a Horita como sub-secretário de Segurança Pública do Amazonas, na gestão Amazonino. Também de lá seria um suposto laranja, José Lopes, usado nas licitações. Além destes, havia também um sócio identificado como Ênio Caburri.

De acordo com os documentos da PF, comprovou-se o tráfico de influência e acesso facilitado às licitações. “Conforme fica evidenciado nos autos, Geraldo Cisneiros utilizava-se de veto de verbas públicas para fazer pressão política, a fim de agilizar manobras de seu interesse”, descreve a PF, em seus relatórios.

A irmã dele, Cristina Cisneiros, levava empresas para fazerem negócios com o município, como fardas e equipamentos como cadeiras escolares, alimentação, entre outros. Segundo a PF, ela costumava explorar o prestígio do irmão, com o seu consentimento, para fazer negócios em Jaboatão.

“Evidencia-se que Cristina Cisneiros seria uma espécie de lobista e que os contratos por ela obtidos beneficiam Jordão Emerenciano, Geraldo Cisneiros e Luis Paulo Horita”, descreve a PF. Um empresário paulista, de nome Luis Paulo Horita, também foi grampeado. Em uma das gravações, ele reclama com Cristina Cisneiros que adiantou R\$ 50 mil ao grupo, mas a licitação esperada não saía.

O doleiro Jordão Emerenciano lavava o dinheiro, em contas falsas na Caixa Econômica Federal, com a ajuda de um funcionário da CEF, enquanto tentava arrumar novos negócios. Dono de uma casa de câmbio, Jordão Emerenciano acabou entregando o suposto esquema ao ser flagrado em outra ação da PF para combater o jogo do bicho, no Recife, em 2006.

Segundo a PF, Cristina Cisneiros tinha uma sociedade com Jordão Emerenciano quanto à participação em licitações públicas. Segundo as investigações, utilizava-se de seu acesso aos servidores de órgãos públicos, notadamente a Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, onde o irmão exercia mandato, a fim de obter informações privilegiadas quanto ao processo licitatório.

“Ressalte-se que Geraldo Cisneiros tinha conhecimento das atividades de sua irmã, restando evidenciado que, muitas vezes, Cristina Cisneiros agia em nome de Geraldo, seguindo suas orientações. Também há registro de conluio entre Cristina Cisneiros e Jordão Emerenciano para a prática de fraudes a licitações”.

A área de saúde também foi alvo dos grampos e de ingerências suspeitas. Nos autos do inquérito da PF, vazados depois do primeiro turno das eleições estaduais, há um pedido de Jordão Emerenciano para que Geraldo Cisneiros interceda junto ao secretário de Saúde, Ulisses Tenório, a fim de liberar uma firma fornecedora de merendas escolares por tal secretaria. Geraldo sugere que Jordão faça uma graça (5, 10) para atraí-lo para o ‘jogo’. O problema afetava a empresa SP Alimentos, de São Paulo, que fornecia merendas para o Recife, mas ficava sediada em Jaboatão.

As escutas transcritas deixam claro que o financiamento de campanha era uma das preocupações. Uma empresa chamada Nota Dez informou a Geraldo Cisneiros que poderia financiar sua campanha, se ele resolvesse os problemas. Com empresas com faturas em atraso, como Alimentação Perfeita e Coen, Geraldo Cisneiros pergunta a Jordão Emerenciano quem era a inimiga. “Vamos quebrar um pobrezinho do Recife (Coen)”, ironiza, em dada hora. A PF ainda registra que o vereador era cauteloso ao falar ao telefone.

Aluguel de apartamento em Boa Viagem

De acordo com os relatórios da PF, além de sua irmã Cristina, Geraldo Cisneiros também era bastante ligado a Jordão Emerenciano, sócio dela. A ligação entre ambos teria ficado evidente com os áudios. Em um deles, Geraldo Cisneiros combina com Jordão Emerenciano a forma de ocultar o fato de residir no Recife, a despeito de ser vereador em Jaboatão dos Guararapes e ter o dever profissional de residir na cidade onde exerce o mandato. Segundo a PF, Geraldo Cisneiros estava alugando um apartamento em Boa Viagem em nome do doleiro Jordão Emerenciano. “Estou em uma chapa que vai ganhar as eleições e posso ser secretário de Finanças”, diz ao doleiro, ao final de uma conversa. Os tucanos elegeram Elias Gomes prefeito na cidade e depois também reelegeu-se.

A situação do processo hoje

Do processo inicial, repassado pelo MPF e PF, a partir do inquérito 433/2007, o Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE) ajuizou uma ação penal na 1ª Vara Criminal da Justiça de Jaboatão dos Guararapes. Um documento da Justiça Federal, ao informar que o TRF5 abriu mão da competência para o TJPE, informa que o fazia para apuração de possíveis crimes de corrupção na Câmara dos Vereadores e Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes.

O processo tem como objeto corrupção ativa e formação de quadrilha, tendo recebido o número 0001940-30.2012. Há uma dezena de acusados, cujos nomes podem ser visualizados pelo site do TJPE. O destaque é o nome do ex-vereador de Jaboatão dos Guararapes pelo PSDB Geraldo Cisneiros, que presidiu a Câmara Municipal de

Jaboatão na época de Newton Carneiro (PSB). O político e empresário ainda é ligado aos tucanos do Estado.

O TJPE informou, por meio de sua assessoria, que o juiz recebeu a denúncia, mas não há uma decisão ainda. A vara é acumulada pelo juiz Carlos Fernando Carneiro Valença Filho. O judiciário local explicou que não começou a fase de audiências e que os advogados de defesa pediram absolvição sumária. O juiz analisa o pedido. O Blog de Jamildo apurou que o caso tem audiência marcada para 18 de novembro.

Blog de Noélia

Informações sobre essas denúncias vieram a público no blog de Noélia Brito – que já colaborou com o Blog de Jamildo e é militante do PT – a partir de fragmentos dos trechos dos grampos da PF, logo depois do primeiro turno das eleições presidenciais, quando o PSB de Eduardo Campos derrotou a aliança PTB/PT no Estado de Pernambuco. No plano nacional, com a derrota de Marina, o PSB anunciou aliança com o PSDB de Aécio Neves.

Assunto: Citação de Processo em Tramitação na Justiça estadual	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 11/10/2014
Editoria:	Seção:



verbas públicas

Grampos da PF apontam como funcionava suposto esquema de corrupção em Jaboatão



Os grampos realizados pela Polícia Federal em Pernambuco a partir de 2007, primeiro ano da gestão Eduardo Campos, focando primeiramente a Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, então comandada pelo prefeito socialista Newton Carneiro, apontam o uso de influência política para fins escusos, a partir da pressão da Câmara Municipal de Jaboatão. Carneiro não aparece nas gravações, embora a sua filha, Elina Carneiro, então secretária municipal na gestão do pai, tenha sido arrolada como acusada. Na lista de acusados enviada a Justiça de Jaboatão dos Guararapes, há vários nomes de vereadores também relacionados. Há suspeitas de que o suposto esquema fraudulento tenha sido levado para a esfera estadual, mas não se tem notícia de ação penal neste sentido.

[PF apurou suposto esquema de corrupção no governo Eduardo Campos](#)
[Suposta quadrilha tentou emplacar Jordão Emereciano como vereador do Recife para fazer negócios com Prefeitura, diz PF](#)

De acordo com os documentos da PF, o vereador e presidente da Câmara Geraldo Cisneiros (PSDB) usava sua influência para tráfico de influência e acesso facilitado às licitações, ou trabalhava para conseguir liberação de pagamentos para empresas envolvidas no esquema.

“Conforme fica evidenciado nos autos, Geraldo Cisneiros utilizava-se de veto de verbas públicas para fazer pressão política, a fim de agilizar manobras de seu interesse”, descreve a PF, em seus relatórios.

A irmã dele, Cristina Cisneiros, levava empresas para fazerem negócios com o município, como fardas e equipamentos como cadeiras escolares, alimentação, entre outros. Segundo a PF, ela costumava explorar o prestígio do irmão, com o seu consentimento, para fazer negócios em Jaboatão.

“Evidencia-se que Cristina Cisneiros seria uma espécie de lobista e que os contratos por ela obtidos beneficiam Jordão Emerenciano, Geraldo Cisneiros e Luis Paulo Horita”, descreve a PF. Um empresário paulista, de nome Luis Paulo Horita, também foi grampeado. Em uma das gravações, ele reclama com Cristina Cisneiros que adiantou R\$ 50 mil ao grupo, mas a licitação esperada não saía.

O doleiro Jordão Emerenciano lavava o dinheiro, em contas falsas na Caixa Econômica Federal, com a ajuda de um funcionário da CEF, enquanto tentava arrumar novos negócios. Dono de uma casa de câmbio, Jordão Emerenciano acabou entregando o suposto esquema ao ser flagrado em outra ação da PF para combater o jogo do bicho, no Recife, em 2006.

Segundo a PF, Cristina Cisneiros tinha uma sociedade com Jordão Emerenciano quanto à participação em licitações públicas. Segundo as investigações, utilizava-se de seu acesso aos servidores de órgãos públicos, notadamente a Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, onde o irmão exercia mandato, a fim de obter informações privilegiadas quanto ao processo licitatório.

“Ressalte-se que Geraldo Cisneiros tinha conhecimento das atividades de sua irmã, restando evidenciado que, muitas vezes, Cristina Cisneiros agia em nome de Geraldo, seguindo suas orientações. Também há registro de conluio entre Cristina Cisneiros e Jordão Emerenciano para a prática de fraudes a licitações”.

A área de saúde também foi alvo dos grampos e de ingerências suspeitas. Nos autos do inquérito da PF, vazados depois do primeiro turno das eleições estaduais, há um pedido de Jordão Emerenciano para que Geraldo Cisneiros interceda junto ao secretário de Saúde, Ulisses Tenório, a fim de liberar uma firma fornecedora de merendas escolares por tal secretaria. Geraldo sugere que Jordão faça uma graça (5, 10) para atraí-lo para o ‘jogo’. O problema afetava a empresa SP Alimentos, de São Paulo, que fornecia merendas para o Recife, mas ficava sediada em Jaboatão.

As escutas transcritas deixam claro que o financiamento de campanha era uma das preocupações. Uma empresa chamada Nota Dez informou a Geraldo Cisneiros que poderia financiar sua campanha, se ele resolvesse os problemas. Com empresas com faturas em atraso, como Alimentação Perfeita e Coen, Geraldo Cisneiros pergunta a Jordão Emerenciano quem era a inimiga. “Vamos quebrar um pobrezinho do Recife (Coen)”, ironiza, em dada hora. A PF ainda registra que o vereador era cauteloso ao falar ao telefone.

Aluguel de apartamento em Boa Viagem

De acordo com os relatórios da PF, além de sua irmã Cristina, Geraldo Cisneiros também era bastante ligado a Jordão Emerenciano, sócio dela. A ligação entre ambos teria ficado evidente com os áudios. Em um deles, Geraldo Cisneiros combina com

Jordão Emerenciano a forma de ocultar o fato de residir no Recife, a despeito de ser vereador em Jaboatão dos Guararapes e ter o dever profissional de residir nas cidade onde exerce o mandato. Segundo a PF, Geraldo Cisneiros estava alugando um apartamento em Boa Viagem em nome do doleiro Jordão Emerenciano. “Estou em uma chapa que vai ganhar as eleições e posso ser secretário de Finanças”, diz ao doleiro, ao final de uma conversa. Os tucanos elegeram Elias Gomes prefeito na cidade e depois também reelegeu-se.

A situação do processo hoje

Conforme informou ontem o Blog, deste processo inicial, repassado pelo MPF e PF, a partir do inquérito 433/2007, o Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE) ajuizou uma ação penal na 1ª Vara Criminal da Justiça de Jaboatão dos Guararapes. Um documento da Justiça Federal, ao informar que o TRF5 abriu mão da competência para o TJPE, informa que o fazia para apuração de possíveis crimes de corrupção na Câmara dos Vereadores e Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes.

O processo tem como objeto corrupção ativa e formação de quadrilha, tendo recebido o número 0001940-30.2012. Há uma dezena de acusados, cujos nomes podem ser visualizados pelo site do TJPE. O destaque é o nome do ex-vereador de Jaboatão dos Guararapes pelo PSDB Geraldo Cisneiros, que presidiu a Câmara Municipal de Jaboatão na época de Newton Carneiro (PSB). O político e empresário ainda é ligado aos tucanos do Estado.

A ação penal apresentada pelo MPPE envolve ainda o nome da ex-vereadora de Jaboatão dos Guararapes e ex-deputada estadual Elina Carneiro, filha do ex-prefeito socialista Newton Carneiro. Elina foi ex-secretária municipal de Jaboatão na gestão do pai e ex-deputada estadual.

O TJPE informou, por meio de sua assessoria, que o juiz recebeu a denúncia, mas não há uma decisão ainda. A vara é acumulada pelo juiz Carlos Fernando Carneiro Valença Filho. O judiciário local explicou que não começou a fase de audiências e que os advogados de defesa pediram absolvição sumária. O juiz analisa o pedido. O Blog de Jamildo apurou que o caso tem audiência marcada para 18 de novembro.

Blog de Noélia

Informações sobre essas denúncias vieram a público no blog de Noélia Brito – que já colaborou com o Blog de Jamildo e é militante do PT – a partir de fragmentos dos trechos dos grampos da PF, logo depois do primeiro turno das eleições presidenciais, quando o PSB de Eduardo Campos derrotou a aliança PTB/PT no Estado de Pernambuco. No plano nacional, com a derrota de Marina, o PSB anunciou aliança com o PSDB de Aécio Neves.

Assunto: Citação de Processo em Tramitação na Justiça estadual	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 11/10/2014
Editoria:	Seção:



grampos federais

Suposta quadrilha tentou emplacar Jordão Emerenciano como vereador do Recife para fazer negócios com Prefeitura, diz PF



O doleiro João Emerenciano tinha pretensões políticas na capital pernambucana. Os grampos da PF em Pernambuco, no começo da gestão Eduardo Campos, em 2007, sustentam que a suposta quadrilha tinha planos de levá-lo ao Legislativo municipal, com o objetivo de cometer ilegalidades.

Dono de uma casa de câmbio, chamada Didier e Levy, de fato Jordão Emerenciano era sócio-gerente de uma casa de câmbio e chegou a ser candidato a vereador no Recife pelo PSDB, em 2008.

>> [PF apurou suposto esquema de corrupção no governo Eduardo Campos](#)

De acordo com as suspeitas da PF, a partir do sucesso nas operações em Jaboatão dos Guararapes, então comandada pelo PSB e onde o presidente do Legislativo pertencia ao PSDB, o grupo teria se infiltrado no Estado. Como não apareceu uma ação penal contra as supostas mazelas no Estado, o que há é a palavra da PF.

Jordão Emerenciano seria o elo entre Valério Rodrigues, irmão do ex-deputado Bruno Rodrigues (PSDB), além de Geraldo Cisneiros e sua irmã, Cristina Cisneiros. O papel do doleiro seria lavar os recursos escusos, por meio de contas fraudulentas, com a ajuda de um funcionário da Caixa Econômica Federal.

“Constatou-se que Cristina Cisneiros está trabalhando juntamente com Valério Rodrigues a fim de eleger Jordão Emerenciano, seu sócio, no cargo de vereador do Recife. Há indícios de que tal esforço tem o objetivo de infiltrar Jordão em tal prefeitura

a fim de obter vantagens indevidas em tal instituição. Ressalta-se que no esquema em questão quanto mais ‘contatos’ os investigados tiverem em órgãos públicos, maiores vantagens poderão obter nos processos licitatórios”, escreve a PF.

No meio da chamada operação Zelador, em outubro de 2007, a PF diz que verificou a confirmação de indícios já existentes de envolvimento dos alvos com os crimes de tráfico de influência, corrupção e lavagem de dinheiro. Os grampos foram autorizados pela 4ª Vara Federal da Justiça. “No que se refere especificamente a Cristina Cisneiros fica evidente a sociedade entre ela e Jordão Emerenciano quanto à participação de licitações públicas”.

“Quanto a Valério Rodrigues observou-se que o seu principal projeto no momento é a eleição de Jordão ao cargo de vereador bem como a de seu irmão Bruno Rodrigues ao cargo de prefeito do Recife. Assim como Cristina em relação a Geraldo Cisneiros, Valério também costuma agir em nome do irmão e com aval deste realiza diversas transações econômicas relacionadas a processos licitatórios. Valério atua através da oferta de informações privilegiadas e de ‘troca de favores”, descreve a PF, em um relatório encaminhado a Justiça Federal.

As escutas foram iniciadas em 04 de julho de 2007, na chamada operação Farda Nova e Zelador. O delegado que assinava as peças era Bernardo Gonçalves de Torres. Depois, Jordão Emerenciano teria se aproximado de Romero Pontual, presidente da Ceasa, com o objetivo de ampliar para todo o Estado as licitações fraudulentas. Conforme informou ontem o Blog, deste processo inicial, repassado pelo MPF e PF, a partir do inquérito 433/2007, o MPPE ajuizou uma ação penal na 1ª Vara Criminal da Justiça de Jaboatão dos Guararapes. Um documento da Justiça Federal, ao informar que o TRF5 abriu mão da competência para o TJPE, informa que o fazia para apuração de possíveis crimes de corrupção na Câmara dos Vereadores e Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes.

O processo tem como objeto corrupção ativa e formação de quadrilha, tendo recebido o número 0001940-30.2012. Há uma dezena de acusados, cujos nomes podem ser visualizados pelo site do TJPE. O destaque é o nome do ex-vereador de Jaboatão dos Guararapes pelo PSDB Geraldo Cisneiros, que presidiu a Câmara Municipal de Jaboatão na época de Newton Carneiro (PSB). O político e empresário ainda é ligado aos tucanos do Estado.

A ação penal apresentada pelo MPPE envolve ainda o nome da ex-vereadora de Jaboatão dos Guararapes e ex-deputada estadual Elina Carneiro, filha do ex-prefeito socialista Newton Carneiro. Elina foi ex-secretária municipal de Jaboatão na gestão do pai e ex-deputada estadual.

O TJPE informou, por meio de sua assessoria, que o juiz recebeu a denúncia, mas não há uma decisão ainda. A vara é acumulada pelo juiz Carlos Fernando Carneiro Valença Filho. O judiciário local explicou que não começou a fase de audiências e que os advogados de defesa pediram absolvição sumária. O juiz analisa o pedido. O Blog de Jamildo apurou que o caso tem audiência marcada para 18 de novembro.

Os outros “processos-filhos” da investigação inicial da PF, envolvendo auxiliares graduados do governador Eduardo Campos e pelo menos um deputado que migrou do PSDB para o PSB, não chegaram ainda à Justiça. Uma fonte do MPPE informou que pode ter algo mais sendo investigado, antes de uma eventual ação penal. O Blog de Jamildo tentou contato com o procurador-geral do MPPE, Agnaldo Fenelon, mas não

obteve sucesso. Quem está à frente deste caso é a promotora de Justiça Liliane Mendes Ramos, que se encontra de licença e estará retornando na segunda-feira à tarde.

Polícia Federal

Um inquérito aberto em 2007 pela Polícia Federal em Pernambuco – de número 433 e que inicialmente tinha por objeto apurar supostas irregularidades com jogo do bicho – acabou flagrando um possível esquema de tráfico de influência e corrupção no Governo do Estado, na gestão Eduardo Campos, com participação de um deputado e um vereador do PSDB, além de vários funcionários de segundo escalão do Estado. Após as investigações, pelos menos dois processos foram enviados à Justiça Federal e à Justiça de Pernambuco, desde 2013.

De acordo com as investigações, o elo entre as duas instâncias e os dois casos foi o empresário Severino Jordão Emericiano Júnior. A PF confirma a existência dos inquéritos, mas não informa detalhes das operações. Em nota enviada ao Blog de Jamildo, o Ministério Público Federal informou que os crimes federais já estão sendo apreciados pela Justiça Federal. O caso corre em segredo de Justiça.

No que toca aos desdobramentos estaduais, a Justiça Federal informou que o caso chegou a ser levado ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife, por conta da suposta participação do deputado tucano.

De acordo com a Justiça Federal, em dezembro de 2009, o TRF5 declinou da competência porque cessou a condição de deputado federal de um dos investigados. Para a continuidade das investigações, o inquérito passou a ser tratado de forma direta entre o MPF e a Polícia Federal.

Desde março de 2013, por decisão do TRF5, o caso passou a ser tratado pela Justiça do Estado, consequentemente com atuação do Ministério Público de Pernambuco. O MPPE encaminhou pelo menos uma ação ao Judiciário.

Blog de Noélia

Informações sobre essas denúncias vieram a público no blog de Noélia Brito – que já colaborou com o Blog de Jamildo e é militante do PT – a partir de fragmentos dos trechos dos grampos da PF, logo depois do primeiro turno das eleições presidenciais, quando o PSB de Eduardo Campos derrotou a aliança PTB/PT no Estado de Pernambuco. No plano nacional, com a derrota de Marina, o PSB anunciou aliança com o PSDB de Aécio Neves.

Justiça Federal

A partir do inquérito 433/2007, no plano federal, Jordão Emericiano Júnior foi acionado em outubro de 2013 ainda, sob a acusação de lavagem de dinheiro e falsificação de documentos.

Na condição de sócio, Jordão Emericiano estaria gerindo fraudulentamente instituição financeira, a corretora de câmbio Didier e Levy em Pernambuco. Além de operar câmbio clandestino, o empresário é acusado de corrupção ativa.

Jordão Emericiano contou com a ajuda do então gerente-geral da agência da Caixa Econômica Federal em Jaboatão dos Guararapes, Otto Schmidt Neto. O funcionário público teria colaborado, em outubro de 2006, para a abertura de movimentação de contas sob nomes falsos ou de pessoas inexistentes, em agência sob responsabilidade.

Otto teria usado “conhecidos seus” com a finalidade de aprovar as contas. Com o artifício, Jordão Emericiano poderia ir além do limite oficial que lhe era estabelecido para a troca de moeda estrangeira.

Derivado do mesmo IPL 433/2007, o processo foi instruído por determinação do desembargador do TRF5 Rogério Fialho Moreira. O caso é julgado pelo juiz federal César Arthur Cavalcanti de Carvalho, da 13ª Vara Federal.

Assunto: Citação de Processo em Tramitação na Justiça estadual	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 10/10/2014
Editoria:	Seção:



eleições 2014

PF apurou suposto esquema de corrupção no governo Eduardo Campos

Em Pernambuco, MPF e Justiça Federal dizem que repassaram investigação sobre suposto esquema no governo Eduardo Campos para MPPE e Justiça do Estado

Um inquérito aberto em 2007 pela Polícia Federal em Pernambuco – de número 433 e que inicialmente tinha por objeto apurar supostas irregularidades com jogo do bicho – acabou flagrando um possível esquema de tráfico de influência e corrupção no Governo do Estado, na gestão Eduardo Campos, com participação de um deputado e um vereador do PSDB, além de vários funcionários de segundo escalão do Estado. Após as investigações, pelos menos dois processos foram enviados à Justiça Federal e à Justiça de Pernambuco, desde 2013.

De acordo com as investigações, o elo entre as duas instâncias e os dois casos foi o empresário Severino Jordão Emericiano Júnior, que acabou gerando duas outras operações de investigação denominadas Farda Nova e Zelador. A PF confirma a existência dos inquéritos, mas não informa detalhes das operações. Jordão Emericiano era sócio-gerente de uma casa de câmbio e, em 2008, chegou a ser candidato a vereador no Recife pelo PSDB, mesmo partido do deputado investigado e um vereador de Jaboatão dos Guararapes.

Em nota enviada ao **Blog de Jamildo**, o Ministério Público Federal informou que os crimes federais já estão sendo apreciados pela Justiça Federal. O caso corre em segredo de Justiça.

No que toca aos desdobramentos estaduais, a Justiça Federal informou que o caso chegou a ser levado ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife, por conta da suposta participação do deputado tucano.

De acordo com a Justiça Federal, em dezembro de 2009, o TRF5 declinou da competência porque cessou a condição de deputado federal de um dos investigados.

Para a continuidade das investigações, o inquérito passou a ser tratado de forma direta entre o MPF e a Polícia Federal.

Desde março de 2013, por decisão do TRF5, o caso passou a ser tratado pela Justiça do Estado, consequentemente com atuação do Ministério Público de Pernambuco. O MPPE encaminhou pelo menos uma ação ao Judiciário.

Deste processo inicial, repassado pelo MPF e PF, a partir do inquérito 433/2007, o MPPE ajuizou uma ação penal na 1ª Vara Criminal da Justiça de Jaboatão dos Guararapes. Um documento da Justiça Federal, ao informar que o TRF5 abriu mão da competência para o TJPE, informa que o fazia para apuração de possíveis crimes de corrupção na Câmara dos Vereadores e Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes.



Ministério Público de Pernambuco. Foto: reprodução/Facebook.

O processo tem como objeto corrupção ativa e formação de quadrilha, tendo recebido o número 0001940-30.2012. Há uma dezena de acusados, cujos nomes podem ser visualizados pelo site do TJPE. O destaque é o nome do ex-vereador de Jaboatão dos Guararapes pelo PSDB Geraldo Cisneiros. O político e empresário ainda é ligado aos tucanos do Estado e participou da campanha da deputada estadual Terezinha Nunes.

A ação penal apresentada pelo MPPE envolve ainda o nome da ex-vereadora de Jaboatão dos Guararapes e ex-deputada estadual Elina Carneiro, filha do ex-prefeito socialista Newton Carneiro. Elina foi ex-secretária municipal de Jaboatão na gestão do pai e ex-deputada estadual.

O TJPE informou, por meio de sua assessoria, que o juiz recebeu a denúncia, mas não há uma decisão ainda. A vara é acumulada pelo juiz Carlos Fernando Carneiro Valença Filho. O judiciário local explicou que não começou a fase de audiências e que os advogados de defesa pediram absolvição sumária. O juiz analisa o pedido. O **Blog de Jamildo** apurou que o caso tem audiência marcada para 18 de novembro.

Os outros “processos-filhos” da investigação inicial da PF, envolvendo auxiliares graduados do governador Eduardo Campos e pelo menos um deputado que migrou do PSDB para o PSB, não chegaram ainda à Justiça. Uma fonte do MPPE informou que pode ter algo mais sendo investigado, antes de uma eventual ação penal. O Blog de Jamildo tentou contato com o procurador-geral do MPPE, Agnaldo Fenelon, mas não obteve sucesso. Quem está à frente deste caso é a promotora de Justiça Liliane Mendes Ramos, que se encontra de licença e estará retornando na segunda-feira à tarde.

Justiça Federal – Também a partir do inquérito 433/2007, no plano federal, Jordão Emericiano Júnior foi acionado em outubro de 2013 ainda, sob a acusação de lavagem de dinheiro e falsificação de documentos.

O que narra a ação penal? Na condição de sócio, Jordão Emericiano estaria gerindo fraudulentamente instituição financeira, a corretora de câmbio Didier e Levy em Pernambuco. Além de operar câmbio clandestino, o empresário é acusado de corrupção ativa.

Jordão Emericiano contou com a ajuda do então gerente-geral da agência da Caixa Econômica Federal em Jaboatão dos Guararapes, Otto Schmidt Neto. O funcionário público teria colaborado, em outubro de 2006, para a abertura de movimentação de contas sob nomes falsos ou de pessoas inexistentes, em agência sob responsabilidade. Otto teria usado “conhecidos seus” com a finalidade de aprovar as contas. Com o artifício, Jordão Emericiano poderia ir além do limite oficial que lhe era estabelecido para a troca de moeda estrangeira.

Derivado do mesmo IPL 433/2007, o processo foi instruído por determinação do desembargador do TRF5 Rogério Fialho Moreira. O caso é julgado pelo juiz federal César Arthur Cavalcanti de Carvalho, da 13ª Vara Federal.

Blog de Noélia – Informações sobre essas denúncias vieram a público no blog de Noélia Brito – que já colaborou com o Blog de Jamildo e é militante do PT – a partir de fragmentos de trechos dos grampos da PF, logo depois do primeiro turno das eleições presidenciais, quando o PSB de Eduardo Campos derrotou a aliança PTB/PT no Estado de Pernambuco. No plano nacional, com a derrota de Marina, o PSB anunciou aliança com o PSDB de Aécio Neves.

Veja as notas oficiais enviadas ao Blog de Jamildo:

O inquérito nº 2007.8300006881-6 foi autuado na Justiça Federal em Pernambuco (JFPE) em 2007. Em dezembro de 2009, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), declinou da competência porque cessou a condição de deputado estadual de

um dos investigados. Para continuação das investigações, o inquérito passou a tramitar de forma direta entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal. Desde março de 2013, o referido procedimento criminal foi remetido para Justiça Estadual de Pernambuco, encontrando-se em tramitação na 1ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes.


Justiça Federal em Pernambuco (JFPE)

Com relação a informações recentemente divulgadas na internet, a respeito de apurações relativas às Operações Zelador e Farda Nova, o [Ministério Público Federal \(MPF\) em Pernambuco \(PE\)](#) esclarece que:

- o Inquérito da Polícia Federal nº 433/2007, que inicialmente tinha por objeto apurar todas as supostas irregularidades relativas às operações em questão, passou a tramitar na Justiça Estadual, conseqüentemente com atuação do Ministério Público de Pernambuco no caso, desde 2013, por decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5);

As demais informações relativas ao caso foram apuradas em outro Inquérito da Polícia Federal nº 433/2007, em decorrência do arquivamento da ação penal nº 0004076.

Tem como autor o empresário Severino Jordão Emerenciano, representante



slideshare 1 / 1

Assunto: Amepe e TJPE	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 10/10/2014
Editoria:	Seção:



contas públicas

Em Pernambuco, juízes fazem mobilização e cobram maior participação do Judiciário no orçamento do Estado

Os magistrados pernambucanos vão promover uma mobilização na próxima segunda-feira (13), insatisfeitos com a atual situação do Poder Judiciário, em função dos cortes realizados em seu orçamento pelo Poder Executivo, nos últimos anos, e declarando-se comprometidos em prestar um melhor atendimento à população,

O movimento, decidido no último dia 15 de setembro em assembleia promovida pela Associação dos Magistrados de Pernambuco (AMEPE), pretende chamar a atenção da sociedade para as dificuldades enfrentadas pelos juízes e para o fato de que hoje percebem a pior remuneração do país para a categoria, com vencimentos inferiores a outras unidades do Judiciário e outras carreiras jurídicas.

Eles também falam da necessidade de novos investimentos no Judiciário que só serão possíveis com a ampliação da participação do Poder no orçamento do Estado.

A programação do dia de mobilização terá início pela manhã, às 9h, com a visita da Diretoria da AMEPE e dos juízes aposentados ao presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves. À tarde, a partir das 14h, os juízes se reunirão no auditório do Fórum Roldolfo Aureliano (Joana Bezerra).

Após a abertura da mesa de debates pelo presidente da AMEPE, desembargador Antenor Cardoso, o juiz Edvaldo Palmeira fará uma breve apresentação sobre as atuais condições de trabalho da magistratura. Em seguida, o juiz e ex-presidente da AMEPE, Emanuel Bonfim, mostrará aos presentes um comparativo das remunerações das carreiras jurídicas em Pernambuco.

Já o vice-presidente da entidade, Gildenor Pires, abordará o tema das eleições diretas nos Tribunais e a democratização do Poder Judiciário. O juiz Hugo Oliveira pretende destacar as insatisfações e dificuldades enfrentadas pelos juízes em início de carreira.

O dia de mobilização contará ainda com a participação do ex-presidente da AMEPE, Mozart Valadares, que versará sobre o Judiciário e os outros poderes de Pernambuco; e

do 2º vice-presidente da juiz Luiz Mário Moutinho, que apresentará um histórico da participação do TJPE no orçamento do Estado.

Orçamento de 2015

Na última quinta-feira (30), o Pleno Tribunal de Justiça de Pernambuco aprovou a proposta de orçamento para o ano de 2015 que será enviada para a Alepe. “Comemoramos a aprovação de direitos já defendidos pela AMEPE para os magistrados como a redução da diferença de entrância (RDE)”, afirmou o presidente da AMEPE, Antenor Cardoso, lembrando que a aprovação da RDE constitui uma das grandes bandeiras de luta da magistratura porque garante uma recomposição dos subsídios dos juizes bem como paridade com aposentados e pensionistas.

Antenor Cardoso acrescentou que outro ponto positivo na proposta de orçamento para 2015 foi a inclusão do plano de cargos e carreira para os servidores. Ele ressaltou ainda que a magistratura precisa continuar unida e articulada para que o projeto de lei do TJPE seja aprovado na Assembleia Legislativa e, principalmente, que os recursos sejam garantidos no repasse do orçamento pelo Poder Executivo.

Após a aprovação da proposta orçamentária pelo Pleno do TJPE na última quinta, o presidente da AMEPE, Antenor Cardoso, foi convidado pelo presidente do Tribunal, desembargador Frederico Neves, para representar a entidade em um encontro com o governador João Lyra, realizado na sexta (31), onde foi discutida a suplementação orçamentária. “Institucionalmente, o TJPE está trabalhando com esse objetivo. Também é importante estarmos unidos, discutindo esse assunto e propondo sugestões”, afirmou.

Investimentos no 1º grau

Os frequentes cortes no orçamento pelo Poder Executivo prejudicam diretamente o 1º Grau, onde estão 98% dos processos e que possui um déficit de pelo menos 200 magistrados, diversas comarcas vagas no Interior, além de novas varas que precisam ser instaladas. Apesar desse quadro, os juizes de 1º Grau vêm cumprindo todas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deixando o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) entre os melhores tribunais do Brasil no Relatório Final das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

